

COMPORTAMENTO DA ESTRUTURA FUNDIÁRIA NA MICRORREGIÃO  
HOMOGÊNEA COLONIAL DAS MISSÕES - MRH - 323  
PERÍODO DE 1960/1980

\*Regina Weinert La Bela

\*\*Vera Maria Favila Miorin

INTRODUÇÃO

Quando todas as atenções estão voltadas para a distribuição e organização espacial do fator terra no setor rural brasileiro, o questionamento sobre o comportamento da estrutura fundiária gaúcha constitui-se numa indagação.

Em função destas preocupações, pretende-se colaborar com estudos sobre a estrutura agrária do Rio Grande do Sul, determinando o comportamento fundiário em uma área de características particulares, segundo o posicionamento teórico da mudança com permanência.

Considerando o referencial teórico de evolução, a pesquisa analisa o comportamento da Estrutura Fundiária da Microrregião Homogênea Colonial das Missões - MRH 323, utilizando procedimentos matemático-estatísticos (tabelas, gráficos e Curva de Lorenz) e informações extraídas de Censos Agrícolas e Agropecuários da FIBGE, período de 1960 a 1980.

As variáveis determinadas para a investigação da estrutura fundiária, segundo suas categorias, foram:

- Condição Legal das Terras;
- Tipos de Propriedades da Terra;

\* Geógrafa pela UFSM (Santa Maria/RS)

\*\* Orientadora - Departamento de Geociências (UFSM - Santa Maria/RS).

- Pessoal Ocupado e Densidade de Ocupação Total;
- Número e Área dos Estabelecimentos.

Para o levantamento dos grupos por categorias de cada uma das variáveis, foram confeccionadas tabelas para a tabulação dos dados que, após serem trabalhados, permitiram a análise do comportamento da estrutura fundiária.

Para as variáveis "Condição Legal das Terras", "Tipos de Propriedade da Terra", "Pessoal Ocupado e Densidade de Ocupação Total", foram reconhecidas as categorias que as definem. Os resultados, apresentados em percentagens de ocorrência, permitiram o reconhecimento ordinal dos valores mais significativos.

A variável referente a "Número e Área dos Estabelecimentos", serviu para a aplicação da Curva de Lorenz, permitindo sua visualização espacial e temporal.

A escolha do intervalo temporal entre 1960 e 1980, resultou da necessidade de se proceder remembramento em alguns municípios da Microrregião em estudo.

Com a criação destes novos municípios, foi necessário a realização do processo de remembramento para que se apreendessem os indicadores de uma única malha municipal. Este processo, teve o seguinte desenvolvimento:

- listagem dos municípios constantes na área selecionada para estudo, no ano de 1980;
- determinação do ano de criação de cada um dos municípios;
- denominação de novos, aos municípios criados entre o período de 1961 e 1965, responsáveis pela alteração da malha municipal;
- identificação do município-mãe;
- remembramento do município ao respectivo município-mãe.

Obtiveram-se, por este procedimento, três municípios que passaram a constituir o mapa-base da área em estudo: Santo Ângelo, São Luís Gonzaga e Giruá (Figura 1).

Os municípios de Bossoroca, Caibatê, São Nicolau,

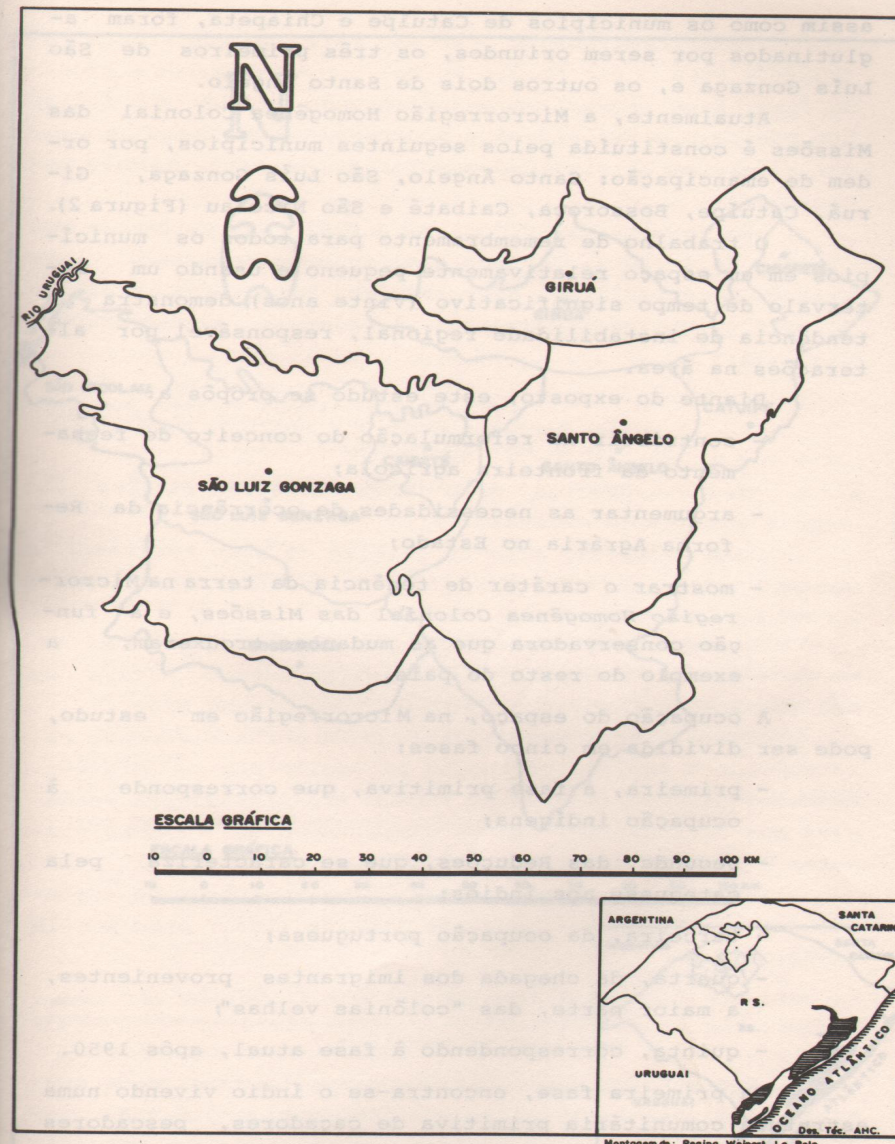


FIGURA Nº 1 - LOCALIZAÇÃO DA MICRORREGIÃO COLONIAL DAS MISSÕES NRH-523 EM RELAÇÃO AO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL NO ANO DE 1960

assim como os municípios de Catuípe e Chiapeta, foram aglutinados por serem oriundos, os três primeiros de São Luís Gonzaga e, os outros dois de Santo Ângelo.

Atualmente, a Microrregião Homogênea Colonial das Missões é constituída pelos seguintes municípios, por ordem de emancipação: Santo Ângelo, São Luís Gonzaga, Giruá, Catuípe, Bossoroca, Caibaté e São Nicolau (Figura 2).

O trabalho de remembramento para todos os municípios em um espaço relativamente pequeno e usando um intervalo de tempo significativo (vinte anos), demonstra a tendência de instabilidade regional, responsável por alterações na área.

Diante do exposto, este estudo se propôs a:

- contribuir na reformulação do conceito de fechamento da fronteira agrícola;
- argumentar as necessidades de ocorrência da Reforma Agrária no Estado;
- mostrar o caráter de tenência da terra na Microrregião Homogênea Colonial das Missões, e a função conservadora que as mudanças trouxeram, a exemplo do resto do país.

A ocupação do espaço, na Microrregião em estudo, pode ser dividida em cinco fases:

- primeira, a fase primitiva, que corresponde à ocupação indígena;
- segunda, das Reduções, que se caracteriza pela catequese aos índios;
- terceira, da ocupação portuguesa;
- quarta, da chegada dos imigrantes provenientes, a maior parte, das "colônias velhas";
- quinta, correspondendo à fase atual, após 1950.

Na primeira fase, encontra-se o índio vivendo numa estrutura comunitária primitiva de caçadores, pescadores e coletores. A realização das atividades agrárias e extrativas eram divididas segundo o sexo: às mulheres cabiam as lides da agricultura, e aos homens, a caça e a pesca.

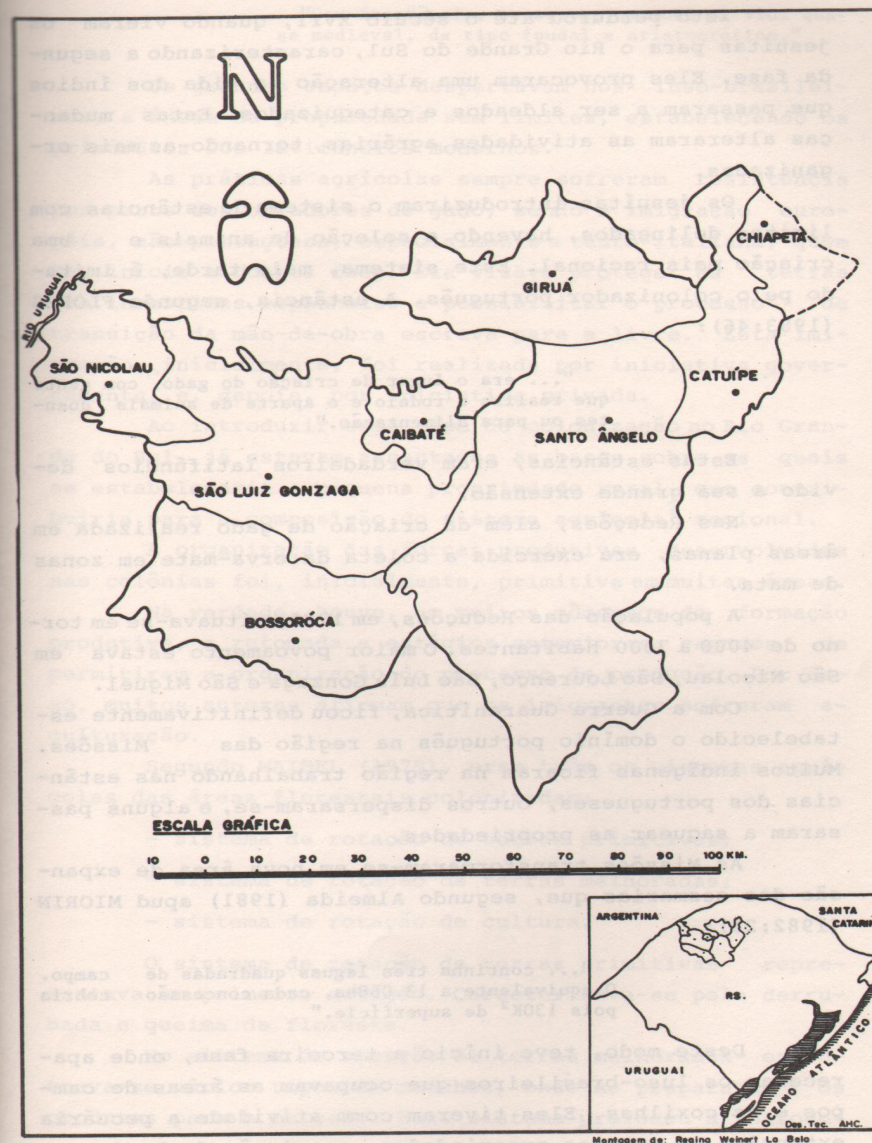


FIGURA Nº 2 LOCALIZAÇÃO DA MICRORREGIÃO COLONIAL DAS MISSÕES MRH-323 EM RELAÇÃO AO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL NO ANO DE 1980

Isto perdurou até o século XVII, quando vieram os jesuítas para o Rio Grande do Sul, caracterizando a segunda fase. Eles provocaram uma alteração na vida dos índios que passaram a ser aldeados e catequizados. Estas mudanças alteraram as atividades agrárias, tornando-as mais organizadas.

Os jesuítas introduziram o sistema de estâncias com limites delineados, havendo a seleção de animais e uma criação mais racional. Este sistema, mais tarde, é imitado pelo colonizador português. A estância, segundo FLORES (1983:46):

"... era o lugar de criação do gado, com gente que realiza o rodeio e o aparte de animais doentes ou para alimentação."

Estas estâncias, eram verdadeiros latifúndios devido a sua grande extensão.

Nas Reduções, além da criação de gado realizada em áreas planas, era exercida a coleta da erva-mate em zonas de mata.

A população das Reduções, em 1729, situava-se em torno de 4000 a 7000 habitantes. O maior povoamento estava em São Nicolau, São Lourenço, São Luís Gonzaga e São Miguel.

Com a Guerra Guaranítica, ficou definitivamente estabelecido o domínio português na região das Missões. Muitos indígenas ficaram na região trabalhando nas estâncias dos portugueses, outros dispersaram-se, e alguns passaram a saquear as propriedades.

As Missões transformaram-se em nova área de expansão das sesmarias que, segundo Almeida (1981) apud MIORIN (1982:28):

"... continha três léguas quadradas de campo. O equivalente a 13.068ha, cada concessão cobria pois 130K<sup>2</sup> de superfície."

Deste modo, teve início a terceira fase, onde apareceram os luso-brasileiros que ocupavam as áreas de campos e as coxilhas. Eles tiveram como atividade a pecuária extensiva em grandes propriedades, a criação de bovinos e cavalos, originários das antigas Reduções e que segundo WAIBEL (1979:229):

"Com frequência, conservam um modo de vida quase medieval, de tipo feudal e aristocrático."

Os grandes espaços despertavam nos luso-brasileiros, a ânsia da propriedade sem limites, estabelecendo os primórdios dos latifúndios modernos.

As práticas agrícolas sempre sofreram resistência por parte dos criadores de gado, sendo a imigração europeia, não-portuguesa, especialmente a teuto-italiana, quem deu início a quarta fase. Ela visava proteger as terras das investidas espanholas e possibilitar o processo de transição da mão-de-obra escrava para a livre. Esta imigração, inicialmente, foi realizada por iniciativa governamental e, depois, por iniciativa privada.

Ao introduzir esse tipo de colonização no Rio Grande do Sul, já estavam assentadas as bases sobre as quais se estabeleceria a pequena propriedade rural, que contribuiria para a composição do sistema agrícola<sup>1</sup> regional.

A organização das forças produtivas desenvolvidas nas colônias foi, inicialmente, primitiva em muitas áreas.

Na verdade, houve, em muitos momentos da formação produtiva, a retomada a estágios anteriores, capazes de permitirem a organização do processo de produção. Por isso, muitos autores afirmam que os imigrantes sofreram aculturação.

Segundo WAIBEL (1979), eram três os sistemas agrícolas das áreas florestais colonizadas:

- sistema de rotação de terras primitivas;
- sistema de rotação de terras melhoradas;
- sistema de rotação de cultura.

O sistema de rotação de terras primitivas representava um primeiro estágio. Caracterizava-se pela derrubada e queima da floresta.

No sistema de rotação de terras melhoradas encontrava-se vários tipos de moinhos, onde se preparavam os produtos para o mercado. Este sistema provocou a introdu-

(1) Conjunto de técnicas empregadas para obter do solo produtos vegetais e animais.

ção de plantas cultiváveis e a criação de alguns animais além dos suínos.

O sistema de rotação de culturas realizado em propriedades de 25 a 30 hectares, pequenas demais, segundo WAIBEL (1979), para a aplicação do sistema de rotação de terras leva a um esgotamento do solo, como conclui (1979: 258):

"O retalhamento acompanhado do esgotamento das terras e de um empobrecimento econômico, físico e moral da população, leva à proletarização lenta, mas incoercível de centenas de famílias rurais."

Este sistema representa o estágio final do desenvolvimento agrícola tanto no Rio Grande do Sul, como no restante da Região Sul. Aplicado em campos arados e adubados, requerendo mais trabalho, capital e conhecimento, foi antagônico às disponibilidades da colônia. Segundo WAIBEL (1979:253):

"A idéia básica é alternar agricultura de cereais com raízes e plantas leguminosas com frequência, a fim de enriquecer o solo com nitrogênio."

Devido ao aumento da produção agrícola, foi necessário a implantação de fábricas para o processamento da produção, elevando, assim, o preço dos produtos.

As colônias se expandiram dando origem a novos núcleos de iniciativa oficial e/ou particular na direção Oeste, levando suas atividades de "Homo Faber" a todas as partes do Rio Grande do Sul.

Após 1920, os imigrantes teuto-italianos desenvolveram novas atividades produtivas, fundamentando o crescimento urbano, a industrialização e a vida artística das povoações do Planalto Rio-grandense.

Segundo PESAVENTO (1984:50):

"No conjunto, globalmente, o advento da imigração estrangeira para o Rio Grande do Sul foi capaz de atenuar, a nível de economia provincial, a relativa estagnação que atravessava a pecuária sulina. O progressivo crescimento dos produtos coloniais na pauta das exportações, nas quais continuavam preponderando os tradicionais produtos pecuários, contribuiu para que, na virada do século, o Rio Grande do Sul fosse cognominado 'celeiro' do país."

Com a instalação do regime republicano, o Rio Grande do Sul, assim como o restante do Brasil, passou por diversas transformações econômicas e sociais, mas com uma conotação específica para a área gaúcha, no que concerne à alteração do papel que o Estado desempenha a nível de economia nacional.

A partir de 1900 até a revolução de 30, houve ascensão da lavoura na economia estadual que abasteceu os centros urbanos regionais e nacionais no processo de industrialização.

O Rio Grande do Sul passou a articular sua economia à economia nacional através da circulação, para abastecer e viabilizar o modelo político-econômico que o Brasil adotaria a partir de então.

Mais tarde, o declínio da agricultura colonial teve como causas o rápido esgotamento do solo, o fracionamento da terra por herança e uso de técnicas rudimentares que contribuíram para a queda da produtividade do solo. Outros fatores, somados a estes, dizem respeito à monopolização dos lucros nas atividades comerciais, que ocasionou a retenção do excedente agrícola fora do setor.

As soluções encontradas foram a conquista de novos mercados, como o do Prata (exportando principalmente o feijão) e a situação criada com a Primeira Guerra Mundial, possibilitando ao Rio Grande do Sul abastecer o mercado brasileiro suprimindo as necessidades das nações aliadas.

No início da década de 20, o Estado conheceu um período de crise econômica, estendendo-se pelas áreas coloniais e atingindo-as no momento em que ocorria o esgotamento das terras disponíveis à agricultura.

No período de 1930 a 1945, a economia do Estado conheceu o apogeu de sua produção agropecuária. O aumento de emprego e a progressiva demanda urbana por produtos agrícolas, estimulou os produtores a expandirem suas ofertas. Isto foi conseguido através da implantação de lavouras empresariais, que usavam equipamentos e insumos modernos.

O ritmo mais acelerado da mecanização das lavouras foi permitido pela triticultura, ocasionando verdadeira revolução, sendo que a ascensão desta lavoura verificou-

se no período de 1945-1956.

A cultura do trigo, após 1945, conheceu notável crescimento devido a sua importância na circulação. Em 1948, o Ministério da Agricultura concedeu incentivos a sua produção, através da criação e instalação de núcleos ou colônias tritícolas, em sistema de cooperação com o Estado.

No período de 1947 a 1955, a economia gaúcha apresentou extraordinário crescimento da renda interna, com exceção dos anos de 1951 e 1954. Uma confirmação disso é o trigo que surge, na primeira metade da década de 1950, como o principal produto de circulação, ocupando mais de 30% da lavoura do Rio Grande do Sul. Assim teve início a quinta fase de ocupação da Microrregião.

A produção estadual de trigo apresentou oscilações. Na segunda metade da década de 50 e na primeira de 60, ocorreu um período depressivo e houve a emancipação de duas vilas de São Luís Gonzaga: Cerro Largo (1954), e Guarani das Missões (1959), denotando crescimento urbano.

A partir da década de 60, expandiu-se a lavoura empresarial gerando divisas essenciais ao novo desenvolvimento industrial, onde a soja passa a ocupar um lugar estratégico.

A triticultura, nesta época, recuperou-se da retração da produção, graças ao amparo governamental ao cultivo através de incentivos creditícios e fiscais e à modernização. Segundo a FEE (1977:66):

"... em 1960, 62% da área cultivada deste produto no Estado estava nas regiões Colonial das Missões e Santa Rosa."

Mas foi com a expansão acelerada da cultura da soja, que se referendou a articulação da economia agrícola do Rio Grande do Sul. A crescente demanda deste produto estimulou o aumento da sua produção e de sua exportação. Com a modernização deste subsetor, houve, conseqüentemente, uma decadência na agricultura colonial. Esta agricultura que se caracterizava por ser primitiva de: derrubada, queimada, lavração e capina, cedeu lugar ao avanço rápido da lavoura empresarial de soja.

A partir de 1965, o quadro da produção, cada vez mais, dirigido para o mercado nacional e internacional, gerou divisas essenciais às importações sofisticadas do Centro-Sul.

O desenvolvimento das culturas de trigo e soja levou a economia regional a realizar a sua maior experiência histórica em monocultura, quando de 1968/69 a 1978, a produção de soja duplicou passando a ser responsável por quase 70% das exportações do Estado.

Passados os primeiros anos favoráveis que determinaram um verdadeiro "boom" da monocultura, na economia regional, apareceram inconvenientes sociais e econômicos, como CARRION JR. (1979:147) explica:

"... encarecimento e escassez dos produtos alimentares em geral; aumento da componente cíclica nos negócios e nas arrecadações tributárias; pressão econômica das populações marginalizadas; aumento da dependência estadual na importação de insumos, especialmente adubos; interferência do governo federal na exportação, via criação de isenções, lançando mão inclusive dos tributos estaduais; estrangulamento nas vias de escoamento dos produtos e, mais recentemente, flutuações negativas nos preços internacionais da soja..."

O trigo, com o desenvolvimento da lavoura de soja, adquiriu importância menor.

Em 1972, a lavoura de trigo apresentou decréscimo de 76% na produção que estava relacionada à monocultura da soja e aos baixos preços pagos pelo governo.

As culturas temporárias de trigo e soja, destacam-se das demais por formarem o sustentáculo das atividades econômicas da Microrregião em estudo. Elas tiveram um aumento na produção de 1959 a 1975 de 3,6% em relação à participação no Estado (Tabela 1).

Estas culturas, representativas da atividade colonial, demonstraram por estes dados, no período de 1959-1975, mudanças significativas na economia como um todo, e em seu segmento regional.

Em 1975, o trigo apresentava-se como a segunda cultura da MRH - 323 e a soja como a terceira, em relação a produção do Estado.

TABELA 1. PERCENTUAL DA PRODUÇÃO DAS CULTURAS TEMPORÁRIAS DA MICRORREGIÃO HOMOGÊNEA COLONIAL DAS MISSÕES - MRH - 323 EM RELAÇÃO AO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - 1959/1975.

CULTURAS	1959 (%)	1975 (%)
Alfafa	63,63	41,73
Amendoim	1,28	1,08
Arroz	1,26	0,32
Batata-doce	0,17	1,17
Batata-inglesa	0,72	0,24
Cana-de-açúcar	3,30	1,43
Cana para forragem	0,41	5,33
Cebola	0,002	0,22
Feijão	30,47	5,06
Milho	4,00	6,23
Soja	13,68	10,53
Trigo	3,46	18,35

FONTE: IBGE/1960 e FEE/1977.

Montagem de Regina Weinert La Bela.

A despeito do progresso na lavoura, mantém-se inotocável a rigidez das grandes e médias propriedades rurais. Na verdade, elas apresentam tendência à concentração.

As culturas permanentes, representadas pela fruticultura, têm uma participação pequena na economia da Microrregião. A principal cultura permanente é da laranja.

A pecuária é outra atividade econômica de pouca importância na área em estudo, tendo apresentado um decréscimo do percentual de participação no Estado de 2,9% em 1960 para 2,4% em 1975.

Os bovinos em 1960 eram significativos por serem destinados à produção de leite, aparecendo em 1975 em quarto lugar, o que demonstra a substituição da agropecuária colonial por outras atividades.

Estas novas atividades são desenvolvidas em estabelecimentos rurais com área de até 10.000ha, perfazendo um total de 20.136 estabelecimentos e ocupando uma área total de 1.007.949ha no ano de 1975 (Tabela 2).

Os estabelecimentos de 10 a menos de 100ha são os predominantes na Microrregião, num total de 10.578 estabelecimentos.

A área em estudo pode ser determinada, com base nos valores da Tabela 2, como uma área de pequenos estabelecimentos característica do tipo de colonização que se estabeleceu na Microrregião Homogênea em questão.

O município de Santo Ângelo destaca-se na Microrregião possuindo maior número de estabelecimentos e de área.

Com base nestes dados, afirma-se que a Microrregião em estudo caracteriza-se pela tenência à terra e as suas dimensões, procurando atingir a produção através da mão-de-obra familiar e temporária.

Acredita-se que, nos últimos 20 anos, apesar das mudanças sentidas na vida econômico-social do país, o fator terra, sobre o qual atuam os demais fatores (trabalho e capital), do processo agrícola da Microrregião Homogênea Colonial das Missões - MRH 323, manteve-se praticamente inalterado em sua estrutura, aceitando mudanças que

TABELA 2. NÚMERO DOS ESTABELECEMENTOS POR GRUPO DE ÁREA, SEGUNDO OS MUNICÍPIOS DA MICROREGIÃO HOMOGÊNEA COLONIAL DAS MISSÕES - MRH 323 - 1975.

MUNICÍPIOS	MENOS DE 10ha		10 A MENOS DE 100ha		100 A MENOS DE 1000ha		1000 A MENOS DE 10.000ha		10.000ha E MAIS	
	ESTABELE- CIMENTO	ÁREA (ha)	ESTABELE- CIMENTO	ÁREA (ha)	ESTABELE- CIMENTO	ÁREA (ha)	ESTABELE- CIMENTO	ÁREA (ha)	ESTABELE- CIMENTO	ÁREA (ha)
Bossoroca	253	1.146	499	18.077	274	86.680	29	45.951	-	-
Caibaté	621	2.963	639	15.077	61	14.523	3	5.406	-	-
Catuípe	579	3.056	1.082	29.259	122	28.658	6	14.713	-	-
Chiapeta	97	492	349	8.510	39	15.492	11	23.849	-	-
Girua	697	3.880	2.078	54.406	193	44.153	5	8.402	-	-
Santo Ângelo	3.149	15.016	3.592	95.274	609	158.720	36	66.067	1	10.000
São Luís Gonzaga	1.609	8.275	1.536	40.106	324	92.963	19	38.551	-	-
São Nicolau	716	3.198	803	21.380	101	28.443	4	5.053	-	-
TOTAL	7.721	38.026	10.578	282.299	1.723	469.632	113	207.992	1	10.000

FONTES: FEE, 1977.

Montagem de Regina Weinert La Bela.

carregam o peso do passado em que se permaneceu.

A escala temporal selecionada para a análise deste estudo (20 anos), mostra as alterações econômicas e políticas ocorridas no país. Elas são responsáveis pelas mudanças na MRH - 323 e determinaram na área, o surgimento de variações demonstrando que o fator terra adaptou-se às condições político-econômicas, modificando apenas o quadro econômico-social.

Para reconhecer estas mudanças na MRH - 323 e suas relações a nível estadual e nacional, foi necessário, primeiro, a compreensão dos elementos que nela atuaram, como:

- A variável Condição Legal das Terras, como a mais representativa no Estado e na MRH - 323, tem na categoria TERRAS PRÓPRIAS, apesar do decréscimo sofrido no período em estudo, a caracterização da região como de uso intensivo da terra pelo proprietário (Figura 3).

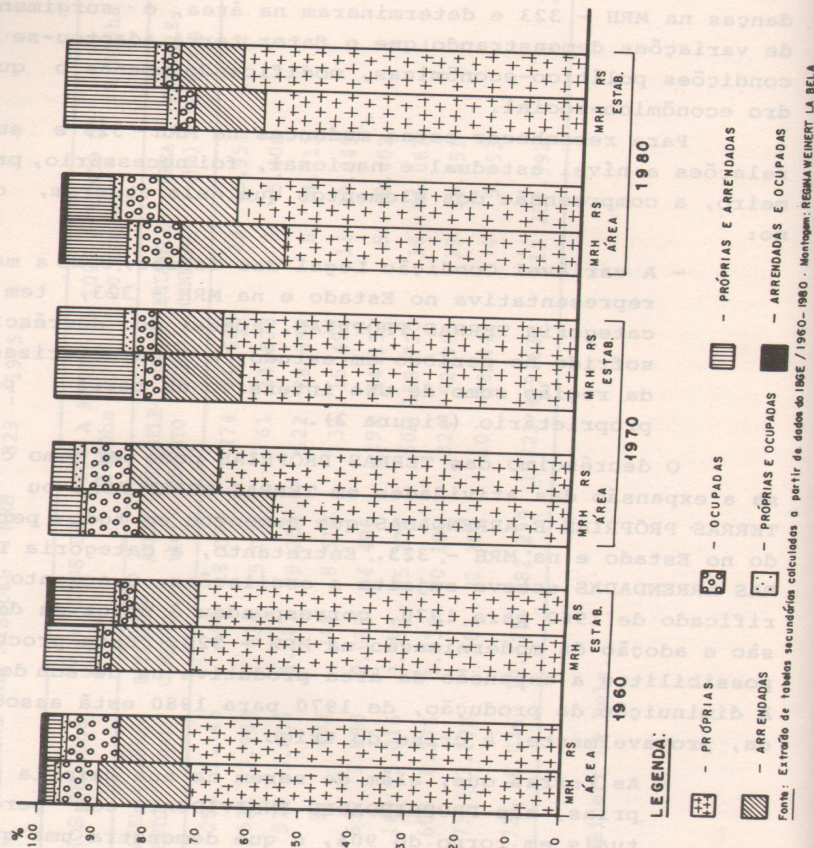
O decréscimo das TERRAS PRÓPRIAS pode ter como causa a expansão das atividades em TERRAS ARRENDADAS ou em TERRAS PRÓPRIAS E ARRENDADAS que aumentou em todo o período no Estado e na MRH - 323. Entretanto, a categoria TERRAS ARRENDADAS esteve sujeita a oscilações. O aumento verificado de 1960 para 1970, correspondeu à época da difusão e adoção da modernização na MRH - 323. Este processo possibilitou a expansão da área produtiva na década de 60. A diminuição da produção, de 1970 para 1980 está associada, provavelmente, à crise do trigo.

- As terras que, além de serem na sua maioria próprias, são PROPRIEDADES INDIVIDUAIS com percentuais em torno de 90%, o que demonstra uma quase totalidade da exploração individual. Isto pode ser explicado pelas raízes históricas da ocupação da área. Esta categoria da variável Tipos de Propriedades da Terra sofreu alterações durante o período em estudo.

A modernização e os incentivos governamentais levaram a um decréscimo da categoria PROPRIEDADE INDIVIDUAL



FIGURA 3 - Percentual de participação de estabelecimentos e área da variável condição legal das terras para o Microregião Homôgenea colonial das Missões - MRH - 323 e Estado do Rio Grande do Sul, 1960-1980



de 1960 para 1970. O acréscimo verificado no número de estabelecimentos e diminuição nas áreas de 1970 para 1980, deve-se à partilha da terra pelo aumento da população rural. Esta situação é refletida, também, a nível dos municípios de Giruá e São Luís Gonzaga. O município de Santo Ângelo aparece como o grande centro concentrador de terra na década de 70.

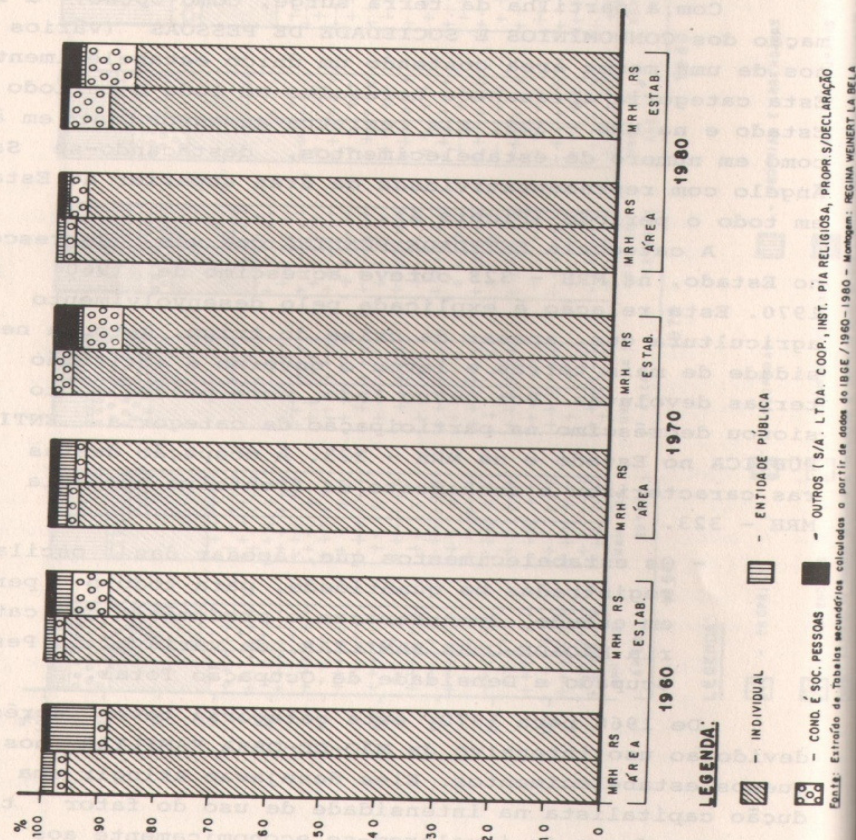
Com a partilha da terra surge, como opção, a formação dos CONDOMÍNIOS E SOCIEDADE DE PESSOAS (vários donos de uma mesma área contendo um único estabelecimento). Esta categoria apresentou acréscimo em todo o período no Estado e na MRH - 323. Ela registra aumentos tanto em área como em número de estabelecimentos, destacando-se Santo Ângelo com representatividade de área superior ao Estado, em todo o período (Figura 4).

A categoria ENTIDADE PÚBLICA que vem decrescendo no Estado, na MRH - 323 obteve acréscimo de 1960 para 1970. Esta relação é explicada pelo desenvolvimento da agricultura que, apesar da crise do trigo, gerou a necessidade de mais terras e levou o governo a abrir mão das terras devolutas. Por outro lado, este procedimento ocasionou decréscimo na participação da categoria ENTIDADE PÚBLICA no Estado e na MRH - 323. A ocupação destas terras caracterizou o fechamento da fronteira agrícola na MRH - 323.

- Os estabelecimentos que, apesar das oscilações registradas na quantidade, para todo o período em estudo, demonstraram o predomínio da categoria MÃO-DE-OBRA FAMILIAR, da variável Pessoal Ocupado e Densidade de Ocupação Total.

De 1960 para 1970, esta categoria teve acréscimo devido ao uso intensivo da MÃO-DE-OBRA FAMILIAR nos pequenos estabelecimentos. Eles desejavam atingir uma produção capitalista na intensidade de uso do fator trabalho, como forma de igualarem-se economicamente aos estabelecimentos de tamanho médio e grande que, para tanto, lançavam mão de processos modernizantes. Essa situação se modificou de 1970 para 1980, com o decréscimo da catego-

FIGURA 4 - Percentual de participação de estabelecimentos e área da variável propriedade da terra para o Microrregião HQ mogiana colonial das Missões - MRH - 323 e o Estado do Rio Grande do Sul, 1960-1980



ria MÃO-DE-OBRA FAMILIAR. A diminuição do número de estabelecimentos de área inferior a 10ha, por se tornar impraticável a produção de subsistência, levou as famílias a venderem sua força de trabalho em outras unidades de produção agrícola. Deste modo, houve acréscimo do percentual de TRABALHADORES PERMANENTES e TEMPORÁRIOS (Figura 5).

- A relação de Número e Área dos Estabelecimentos da MRH - 323 e Estado demonstrou, para todo o período em estudo, uma concentração da distribuição das terras na classe de 20 a 50ha.

Esta relativa estabilidade tem seus reflexos no tipo de ocupação da área. Ela é fruto da marcha da imigração oriunda das colônias velhas<sup>2</sup>, que vieram a ocupar terras de mata desprezadas pelos portugueses, pós-Guerra Guaranítica.

A concentração da distribuição das terras na classe de intervalo de área de 20 a 50ha, diminuiu de 1970 para 1980, devido a expansão da lavoura empresarial e formação de granjas<sup>3</sup> (Tabela 3). Neste período na MRH - 323, o domínio da monocultura de exportação destinada a mercado certo, absorveu os pequenos estabelecimentos.

As transformações caracterizadas pelas mudanças nas categorias das variáveis selecionadas, refletem o quadro das transformações que se processaram no setor agrícola nacional como um todo.

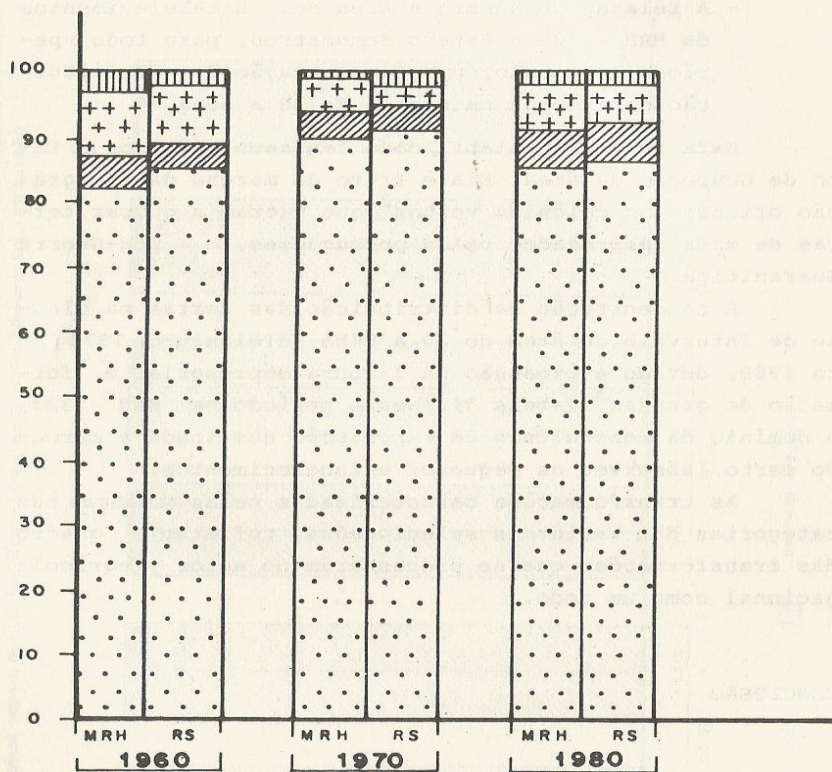
#### CONCLUSÃO

O emprego de técnicas quantitativas e a apresentação dos resultados em gráficos, forneceram condições satisfatórias para a objetividade das análises, possibili-

(2) As Colônias Velhas - formadas na área do RS, correspondendo a MRH - 323, pertencem a uma 2ª ou, talvez, 3ª geração de formação de colônias constituídas por imigrantes chegados no Estado. Por isso as dimensões variavam entre 20 a 50ha.

(3) O termo granja no RS - "define uma área de práticas agrícolas e de uso intensivo de modernização." (MIORIN, 1982).

**FIGURA 5 - Percentual de participação da variável pessoal ocupado para a Microrregião Homogênea colonial das Missões-MRH 323 - e estado do Rio Grande do Sul - 1960-1980**



**LEGENDA**

- FAMILIAR
- PERMANENTE
- TEMPORÁRIO
- OUTROS
- PARCEIRO
- OUTRA CONDIÇÃO

Fonte: Extraído de tabelas secundárias calculadas a partir de dados do IBGE / 1960 1980 - Montagem: REGINA WEINERT LA BELA

**TABELA 3. DISTRIBUIÇÃO DAS DISTÂNCIAS MÁXIMAS OBTIDAS EM CM, NO INTERVALO DE CLASSE DE 20-50ha, A PARTIR DA APLICAÇÃO DO MODELO DE LORENZ, NOS MUNICÍPIOS E MICRORREGIÃO HOMOGENEA COLONIAL DAS MISSÕES - MRH 323 E ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - 1960-1980.**

	1960	1970	1980
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL	4,28	4,45	4,32
CIRUÁ	2,47	3,27	3,26
SANTO ÂNGELO	4,06	4,32	4,16
SÃO LUÍS GONZAGA	4,74	4,60	4,50
MRH - 323	4,25	4,32	4,23

FONTE: Cálculo da Curva de Lorenz. Montagem de Regina Weinert La Bela.

tando a visualização do arranjo dos elementos e o alcance do comportamento da Estrutura Fundiária da Microrregião Homogênea Colonial das Missões MRH - 323.

As variações dos diferentes elementos estruturais da MRH - 323, são resultados de transformações na evolução da região. Deste modo, é evidente a influência da imigração não portuguesa no tamanho dos estabelecimentos, caracterizando a maior concentração da terra na classe de 20-50ha.

Por outro lado, o caráter de tenência da terra é uma realidade que se insere, em épocas passadas, na formação das relações que comandaram a organização espacial da área em estudo. É este caráter que tem diminuído a disponibilidade de terras e faz com que as áreas de alta densidade populacional no campo e baixa dimensão das propriedades, venham a desaparecer, desapropriando o homem e o deserdando do espaço. Este fenômeno é compatível com a tenência da terra. Ele, em sua ação, gera uma questão social da mais elevada ordem, criando o colono sem-terra, à margem das estradas e em condições subumanas de vida.

Esta questão, gerada na terra, também está associada à implantação de métodos modernos na prática agropecuária, quando se instalam transformações no processo econômico do setor.

A MRH - 323 ao realizar a circulação a nível nacional e internacional, provocou a expansão do binômio trigo-soja como lavoura geradora de excedente. Contudo, descuidou do pequeno produtor que foi destituído da terra ou proletarizado na condição de assalariado temporário ou permanente.

O aumento de terras arrendadas e de terras próprias e arrendadas, que ocorreu em períodos correspondendo aos mais propícios à expansão da lavoura empresarial, reforça a argumentação de que na Microrregião Homogênea Colonial das Missões há um caráter de tenência da terra muitas vezes marcado por ações de transformação que refletem apenas mudanças conservadoras a exemplo de outras áreas do país.

Estas mudanças avançam sobre os espaços, absorvem

os pequenos estabelecimentos e ocupam novas áreas, criando e recriando novas categorias de condição legal das terras e de tipos de propriedade da terra. Elas chegam a alterar o número e a área dos estabelecimentos evidenciando a ação da concentração da terra e destituindo o homem, importante elemento da relação homem-natureza, fecundador da organização do espaço.

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CARRION JR., F.M. et alii. A economia do Rio Grande do Sul: evolução recente. In: Economia e política. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1979. p.403-424 (Série Documenta, 2).
- FEE. Anuário estatístico do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, Fundação de Economia e Estatística, 1977. v.10 Tomo 2.
- FLORES, M. Colonialismo e missões jesuíticas. Porto Alegre, Instituto de Cultura Hispânica do Rio Grande do Sul, 1983. p.45-46.
- MIORIN, V.M.F. Características da modernização da agricultura no Centro Noroeste do Rio Grande do sul. Rio Claro, Instituto de Geociências e Ciências Exatas, UNESP, 1982. 175p. il. Tese (Mest. Org. do Esp.). I.G. C.E. - UNESP.
- PESAVENTO, S.J. História do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1984.
- WAIBEL, L. Capítulos de geografia tropical e do Brasil. 2. ed. Rio de Janeiro, IBGE, 1979. p.225-262.